



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000543-15.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Planos de Saúde**
 Requerente: **VALDEREZ POZZI**
 Requerido: **UNIMED SÃO CARLOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Processo nº 1000543-15.2015

VISTOS

VALDEREZ POZZI ajuizou Ação de **OBRIGAÇÃO DE FAZER** cc **INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** em face da **UNIMED SÃO CARLOS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**, todos devidamente qualificados.

Aduziu, em síntese, que em 01/07/10 aderiu ao plano de saúde UNIPLAN oferecido pela requerida, pagando todas as mensalidades desde então; no mês de novembro de 2014 diante da indisponibilidade de agendamento de consulta de urgência nesta urbe, agendou o ato com médico da cidade de Ribeirão Preto, e este, diante da enfermidade constatada (“neoplasia maligna de canal anal”) e da urgência, prescreveu como tratamento a “radioterapia IMRT”. Ocorre que ao solicitar a autorização para realização do respectivo procedimento foi informada de que não havia cobertura. Ingressou com a presente ação para que a requerida seja obrigada a autorizar o tratamento por meio

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

da “radioterapia IMRT”, a ser realizada no Centro de Tratamento em Radio – Oncologia – CRT de Ribeirão Preto e ainda condenada a pagar indenização pelos danos morais sofridos em virtude da recusa.

A inicial veio instruída com documentos.

A antecipação da tutela foi deferida pela decisão de fls. 40.

Devidamente citada, a requerida contestou às fls. 51/65 alegando que a comarca de São Carlos conta com serviço de radioterapia IMRT; que sua obrigação é disponibilizar ao usuário um médico especialista em 14 dias úteis, sem direito de escolha, mas que não foi procurada para tanto; que a negativa de tratamento se deu embasada na Resolução Normativa 338/2013 da ANS, que apenas prevê a obrigatoriedade de custeio do tratamento de radioterapia IMRT para tumores na região da cabeça e pescoço; que as cláusulas contratuais preveem especificamente os direitos e coberturas a que faz jus o usuário. Impugnando a existência de danos morais, pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 134/145.

As partes foram instadas a produzir provas; a requerida pleiteou a expedição de ofício à ANS e a autora, o julgamento antecipado da lide.

Em resposta ao despacho de fls. 151 foi carreado ofício às fls. 162/168.

A requerida se manifestou às fls. 174/175 e a autora a fls. 176.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****É O RELATÓRIO.**

D E C I D O, no estado em que se encontra a lide, por entender completa a cognição.

Temos como pontos incontroversos (além de atestados em hábil documentação – v. fls. 27, 28) que o CTR tem efetivamente vínculo com a UNIMED e que o procedimento solicitado e discutido nestes autos foi indicado por médico cooperado da ré, para diminuição dos efeitos colaterais associados ao tratamento, a que tal tratamento é o indicado para que a autora se cure de uma neoplasia do canal anal (v. fls. 27).

Na opinião do sobredito facultativo tal técnica se mostra necessária para possibilitar a autora o melhor tratamento possível.

A relação contratual entre autora e ré (seguro de saúde) é tipicamente “de consumo” e, assim, seu equacionamento deve observar os ditames do CDC.

É o que prevê a Súmula 469 do STJ.

Um entendimento consentâneo com os ideais inspiradores do legislador consumerista leva apenas a uma (necessária) conclusão: o objetivo maior de um plano de saúde e da entidade que o mantém/gerencia é resgatar o bem estar físico e mental do conveniado, devendo ficar em segundo plano questões burocráticas ou mesmo financeiras.

O simples fato da técnica referida não constar de lista



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

da ANS não pode ser utilizado como fator impediante da cobertura.

Aliás, é importante ressaltar que a fls. 164 a ANS nos informou apenas que a Raioterapia IMRT não possui cobertura obrigatória para tumores localizados em regiões alheias à cabeça e pescoço, o que não significa dizer que tal procedimento é proibido ou ainda contraindicado no caso da autora.

A enfermidade da autora é “coberta” e havendo expressa indicação médica (de especialista) para o procedimento, inviável se mostra a negativa.

Nesse sentido a Súmula 96 do TJSP: “havendo expressa indicação médica de exames associados a enfermidade coberta pelo contrato, não prevalece a negativa de cobertura do procedimento”.

Ao eleger, como elegeu, um facultativo cooperado a autora está cumprindo disposição contratual cabendo ressaltar que aquele atua no caso como se fosse a própria ré.

No mesmo diapasão do aqui decidido podemos citar os seguintes casos análogos equacionados pelo TJSP: REc 0027986-22.2006.8.26.0000, Apel. com Revisão 9131733-92.92.2007.8.26.0000.

Por outro lado, o exame proposto não pode ser considerado experimental e vem sendo utilizado já em larga escala no Território Nacional.

A própria informação da ANS já referida indica seu reconhecimento como técnica terapêutica.

Nesse sentido Apel. 0022317-63.2008.8.26.0405 do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

TJSP.

Por derradeiro, cabe ressaltar que o exame já foi realizado em clínica especializada credenciada pela ré e ainda que está última, consoante lançado a fls. 200, parágrafo 2º, cobriu o atendimento “por meio do sistema de intercâmbio utilizado pelas UNIMED coirmãs”.

Concluindo: a resistência oferecida deve ser afastada.

A respeito cf. Apel. 0011738-35.2012.8.26.0011 do

TJSP.

Ementa:

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER.
SEGURO SAÚDE. Negativa de cobertura para realização do exame de colangioressonância por cápsula endoscópica (endoscopia por cápsula) no intestino delgado. Sentença de procedência para condenar a ré à cobertura integral do exame de endoscopia por cápsula, devendo pagar o valor do exame ao Hospital Sírio Libanês. Data da distribuição da ação: 24/07/2012. Valor da causa: R\$ 21.586,02. Apela a ré alegando que o hospital onde foi feito o exame não é referenciado para o atendimento desde maio de 2001; o procedimento realizado decorre de livre escolha do segurado; há exclusão contratual para o exame de endoscopia por cápsula, por não constar do rol da seguradora nem tampouco da ANS cláusula 6 item 6.19); o contrato é ato jurídico perfeito e acabado, devendo ser respeitado a máxima pacta sunt servanda; contrato prevê reembolso apenas para os procedimentos cobertos. Descabimento. Exclusão indevida por se tratar de procedimento imprescindível ao diagnóstico do mal que aflige o paciente, determinado por recomendação médica. A informação inicial é de que não seria feito o atendimento pela falta de previsão de referido exame e não pela inoccorrência de credenciamento do hospital eleito. Interpretação mais favorável ao usuário. Inteligência do CDC e Súmula 96 deste Tribunal. Sentença de procedência. Recurso improvido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Já no que diz respeito ao pleito de danos morais, tenho que a autora não está com a razão.

Não vislumbro na situação trazida aos autos a ocorrência de menoscabo moral indenizável. Quando muito estamos diante de um desacordo contratual que acabou superado com a pronta intervenção judicial.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pleito inicial, **RECONHECENDO**, como quer a autora, que a oposição da ré é mesmo abusiva, e **CONVALIDANDO** a antecipação da tutela. Como o ato já foi concretizado, nada mais resta a deliberar a respeito. Imponho a ré a obrigação de suportar os custos decorrentes do exame nada .podendo cobrar da autora a respeito.

Outrossim, **INDEFIRO** a pretensão a danos morais.

Ante a sucumbência recíproca, as custas e despesas do processo serão rateadas na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada, conforme art. 86 do NCPC. No mais, fixo os honorários dos patronos da autora e requerida em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, conforme art. 85, parágrafo 4º, inciso III do NCPC.

Transitada em julgada a decisão, deverá o vencedor iniciar o cumprimento de sentença apresentando o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 e 524 do NCPC.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

P.R.I.

São Carlos, 02 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**